

**Editorial**

Passados quase seis meses da decisão do CONSU da UFJF que – ao arrepio de sua tradição democrática e desprezando o resultado do plebiscito – deliberou pela adesão à EBSERH, as unidades hospitalares da UFJF seguem vivendo os mesmos problemas para os quais a EBSERH seria a tão esperada solução. Persiste a falta de recursos para a aquisição de matérias básicas, assim como persiste a falta de funcionários, o que compromete, significativamente, o atendimento de qualidade à população e o cumprimento de sua função acadêmica.

Além disso, há uma verdadeira falta de informação à Comunidade Acadêmica sobre o andamento do processo de diagnóstico, das metas gerenciais e sobre os termos da contratação, não só por parte da própria empresa como também por parte da Administração da UFJF. Ainda que o CONSU tenha decidido entregar a administração das unidades hospitalares da Universidade a uma

empresa privada, é necessário prestar contas à Comunidade, pois, ainda que se tenha mudado o gestor, a fonte de recursos, a princípio, ainda é o fundo público.

Mobilizados por essa situação, a APESJF e o SINTUFEJUF, no último dia 28/08, entregaram à reitoria da Universidade uma carta em que reivindicam que o assunto EBSERH seja pautado novamente no CONSU.

Esse, e outros temas como, por exemplo, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE) – à qual a categoria docente, dentre as categorias do serviço público federal, é a que apresenta o menor índice de adesão, graças aos alertas feitos pelo Sindicato – e as tentativas de abrir negociações com o MEC sobre o projeto de carreira docente do ANDES-SN, além das condições de trabalho continuam, cada vez mais, na ordem do dia, e mobilizando os docentes.

A diretoria**Não deu na imprensa****Plebiscito Nacional deve pressionar por reforma política**

Com o apoio de mais de sessenta entidades do movimento social organizado, inclusive Conlutas e CUT, o plebiscito popular pela constituinte exclusiva e soberana do sistema político vem sendo organizado e ganha força em todo o país.

Setembro de 2014

O objetivo é que a consulta seja efetivada em setembro de 2014. O movimento pretende realizar uma consulta simples: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?" Plenárias nacionais, têm sido realizadas periodicamente, buscando a articulação com a sociedade e se colocando aberta a todos que concordem com a necessidade de reformar o sistema político.

A próxima Plenária Nacional será no dia 16 de Novembro, depois do Lançamento Nacional da Campanha, em Brasília – DF que se realiza no dia 15.

Cartilha

Com o objetivo de divulgar a campanha e conscientizar a população, a organização do plebiscito está montando um Curso Nacional de Formação de Formadores e uma cartilha, abordando a História da Formação do Estado Brasileiros, como funciona o atual Sistema Político Brasileiro, o que é e como se "faz" uma Constituinte, porque propomos a realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana, e como participar da Campanha Nacional.

Calendário

Acompanhe o calendário NOVEMBRO DE 2013: 15 de Novembro, em Brasília – DF. Lançamento da Campanha Nacional
DEZEMBRO DE 2013: Curso Nacional de Formação de Formadores da Campanha
ATÉ MARÇO DE 2014: Formação dos Comitês Populares da Campanha, nos locais, bairros, municípios e estados brasileiros.
ATÉ ABRIL DE 2014: Cursos Estaduais de Formação de Formadores da Campanha
MAIO DE 2014: Cursos Massivos de Formação de Ativistas da Campanha (Cursos dos "Mil")
SETEMBRO DE 2014: 01 A 07 - Coleta de Votos do Plebiscito Popular

ANDES-SN**Servidores Públicos Federais já iniciam campanha salarial 2014**

Apesar do governo Dilma, repetir o governo Lula ao impor um acordo salarial por três anos, o ANDES Sindicato Nacional prepara a campanha salarial para 2014, em conjunto com os Servidores Públicos Federais. No dia 29 de outubro, representantes das entidades que integram o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPF) se reuniram para discutir a campanha salarial de 2014 e definiram um calendário de ações, com atividades previstas já para novembro deste ano e a partir de janeiro 2014.

Confira o calendário:

- 13 de novembro - Reunião Ampliada do Fórum;
- 22 de janeiro - Lançamento da Campanha Salarial 2014 nos estados;
- 5 de fevereiro - Marcha em Brasília para Lançamento da Campanha Nacional;
- 6 de fevereiro - Seminário da Auditoria Cidadã da Dívida;
- 7 de fevereiro - Reunião Ampliada do Fórum para discutir as lutas de março.

Ah...a EBSERH

Em consideração feita pelo procurador da república Júlio Oliveira ao Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público Federal (MPF) avalia que, ao tentar impor às universidades federais a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) como gestora dos Hospitais Universitários (HUs), o governo está agindo de forma inconstitucional, ilegítima e imoral.

A adesão da EBSERH na UFJF foi motivo de protestos da comunidade universitária e dos próprios funcionários do HU que votaram em massa contra a adesão à empresa. Recentemente a, a direção da unidade admitiu a possibilidade de renovar o contrato com a Fundação HU. A impossibilidade disso acontecer era usado em tom de ameaça por aqueles que defendiam a adesão. No entanto, atualmente, parece bem plausível que se realize já que a EBSERH não deverá assumir o HU em 2013. A comunidade reivindica a volta do debate.

Seminário de Mulheres

O ANDES realiza, em conjunto com a ADUFEPE, entre os dias 29 e 30 de novembro em Recife (PE), o II Seminário de Mulheres do Sindicato Nacional, que tem como tema central: "As novas configurações do mundo de trabalho e os desafios para as mulheres, buscando discutir a realidade vivida pelas mulheres em uma sociedade capitalista".

Entre os assuntos que serão discutidos, estão condições de trabalho, aborto, violência e direito à decisão sobre o corpo.

Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação e diagramação: Daniel Goulart Estagiário: Bruno Stephan / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Paulo César de Souza Ignácio (IF Sudeste MG/JF) / Vice-presidente: Agostinho Beghelli Filho (João XIII) / 1ª Secretária: Zuleyce Maria Lessa Pacheco (Enfermagem) / 2ª Secretária: Amanda Pinheiro (IF Sudeste MG/JF) / 1º Tesoureiro: Joacir Teixeira de Melo (ICH) / 2ª Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo (Aposentada)



Baile da APESJF comemorou dia docente

Festa animada Todos os ritmos

O baile da APES em 2013, a tradicional pausa na luta para brindar o dia de professores e professoras, esteve bem animado ao som da banda Mosaico e com o excelente serviço de buffet.

Abaixo, algumas fotos da festa que se realizou no Metropolitan no dia 26 de outubro



“As Fundações são grandes espaços

As Fundações ditas de Apoio são apontadas frequentemente como focos de privatização dentro das IFE, na adequação das universidades às regras de mercado, funcionando como verdadeiras empresas que utilizam a «marca» federal. Na entrevista, o professor Alvaro Quelhas fala sobre os problemas ligados à questão

1 – O ANDES-SN tem debatido e criticado as Fundações ditas de apoio. Pode se dizer que elas são focos de privatização dentro das IFE?

Desde o aparecimento das fundações nos anos de 1980, o ANDES tem debatido e se posicionado contrariamente a sua existência. Diversos materiais sobre o tema foram, inclusive, produzidos para esclarecer e orientar a mobilização docente contra a existência dessas fundações. Portanto, pode-se dizer que o ANDES possui acúmulo de discussão e reflexão suficiente, que justificam a rejeição às fundações.

A despeito de terem sido criadas com o pretexto de contornar dificuldades de natureza administrativa e entraves legais, as fundações ditas de apoio se constituem de fato, como grandes espaços de privatização interna nas universidades, conforme pode ser constatado em diversas denúncias veiculadas na grande imprensa, assim como em processos do Tribunal de Contas da União e Ministério Público.

O Caderno ANDES n° 23 (jan. 2006) aponta que, na realidade, a maioria dessas fundações privadas são organizações empresariais voltadas para o mercado e instituídas



“

A despeito de terem sido criadas com o pretexto de contornar dificuldades de natureza administrativa e entraves legais, as fundações ditas de apoio se constituem de fato, como grandes espaços de privatização interna nas universidades

com a finalidade de obter ganhos significativos para seus participantes, em particular os coordenadores de projetos.

Na realidade, apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas para ganhar dinheiro. Ao contrário do que anunciam, apóiam-se nas instituições de ensino

com as quais dizem cooperar, utilizando a força de trabalho, as instalações, os equipamentos e, sobretudo, a força simbólica da “marca”. Em muitos casos são utilizadas como mecanismo de precarização do trabalho na universidade, burlando a obrigatoriedade de concursos públicos. A oferta de cursos pagos tornou uma “indústria” com anúncios na TV, nos cadernos de emprego, nos jornais, folhetos, cartazes, rádios. Esses cursos têm induzido modificações na graduação e pós-graduação gratuitas, afetando grades curriculares, programas de disciplinas e o objeto de pesquisas, em favor de temas de interesse do mercado, violando frontalmente tanto a LDB, quanto a Constituição Federal, que, em seu art. 206, inciso IV, estabelece que o ensino seja gratuito em estabelecimentos

oficiais.

2 - Em que nível elas são prejudiciais universidade e à educação de uma maneira geral?

Essas fundações promovem a mercantilização do conhecimento, não só pela oferta de cursos de pós-graduação pagos, como também pela venda de serviços, consultorias, etc. Contribuem também para o rompimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão defendido pelo movimento docente, como padrão de referência para o funcionamento das universidades brasileiras, em especial, as públicas. Fortalecem a visão de universidade atrelada aos interesses e à lógica de mercado. Ao contrário, o movimento docente organizado no ANDES-SN defende uma lógica da produção de saber e do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, que possam garantir uma

“

A oferta de cursos pagos tornou uma “indústria” com anúncios na TV, nos cadernos de emprego, nos jornais, folhetos, cartazes, rádios. Esses cursos têm induzido modificações na graduação e pós-graduação gratuitas...

universidade de qualidade, socialmente referenciada, efetivamente pública tanto na lógica do seu funcionamento, quanto na lógica da destinação da sua produção. Questiona-se também o fato de que as verbas que ingressam em tais fundações, como remuneração por serviços de consultoria, projetos e cursos, têm, na maior parte dos casos, origem

pública ocorre privada no entanto apropriada Outra forma as atividades desenvolvimento docente não está quer se quer se universidade funcionar formalmente com as dizem ainda o fundações apoio financeiro administração pública serviço abertamente passível responsabilidade criminaliza proíbe, delega administração da administração direta, fundações de dire forma pelos p

de privatização dentro das IFE''

O professor Alvaro Quelhas é docente da Faculdade de Educação da UFJF e é militante dentro da APESJF e do ANDES-SN



, como também nas fundações da área médica e, tanto, são criadas privadamente. Fato contestável são fundações por essas fundações não sob controle da reitoria, da comunidade acadêmica. Várias delas não têm a regulamentação de convênios com instituições que apoiem. Temos o fato das fundações privadas de frequentemente recebem verbas e cobram por esse. Isso é ilegal e de responsabilidade civil e penal. A legislação expressamente, a criação da prestação de recursos administração pública indireta ou direta, a entidades de direito privado, sob a forma de terceirização, princípios de

unicidade de caixa e moralidade administrativa, competindo exclusivamente ao gestor público a gerência dos recursos públicos. Ainda

“ Na realidade, apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas para ganhar dinheiro. Ao contrário do que anunciam, apóiam-se nas instituições de ensino com as quais dizem cooperar, utilizando a força de trabalho, as instalações, os equipamentos e, sobretudo, a força simbólica da “marca”

destacamos que a existência e atividade dessas fundações privadas criam, na universidade pública, um imenso emaranhado de conflitos de interesses que comportam várias ilegalidades. Por motivos éticos óbvios, o funcionário público não pode transacionar com o Estado e essa proibição aparece em vários dispositivos legais como, por exemplo, os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, no inciso I do art. 247 do Estatuto dos Servidores Públicos de São Paulo, entre outros.

3 – As Fundações são apontadas como atividade ilegal dentro das IFE. No entanto, parece que os governos têm incentivado e procurado legalizá-las. Como a situação das Fundações chegou ao ponto atual?

Ao longo do tempo, os governos têm tomado iniciativas no sentido de legalizar as fundações. No caso das universidades federais, recentemente, o decreto 7423 de 2010, do governo Lula regulamentou a Lei 8958/94 do governo Itamar Franco e revogou o Decreto Federal 5.205/04. Ainda temos, tramitando no Congresso Nacional, uma grande ameaça ao serviço público que é o PL 92/2007, que trata da criação de fundações para atuar de modo geral no serviço público, não apenas nas IFE, do ex. Deputado Federal e atual ministro das comunicações Paulo Bernardo (PT-PR). No entanto, a posição de muitos promotores e juizes do TCU é que a existência das fundações é ilegal, pois permite a violação de princípios

“ fundações privadas de apoio frequentemente administram verbas públicas e cobram por esse serviço. Isso é abertamente ilegal

constitucionais, abrindo a possibilidade de concorrência desleal, em especial quando da contratação de fundações privadas de apoio por outros órgãos e entidades. Uma das principais atividades dessas fundações é o oferecimento de cursos pagos dentro das universidades, ferindo a determinação de gratuidade do ensino nas IFE. Outras distorções também frequentes incluem contratos ou convênios não relacionados à pesquisa, cobrança de taxas de administração de dinheiro público, inobservância da Lei de Licitações e intermediação irregular em atividades que poderiam e deveriam ser executadas pelas próprias universidades. Esse é também o entendimento da Assessoria Jurídica do ANDES-SN.

4 - As fundação tem sido acusadas também de corrupção?

O que nós sabemos, não só pela grande mídia, mas também por ação de órgãos controladores da união como TCU e o MPU, é de uma série de denúncias graves da atuação de várias fundações espalhadas por várias universidades, envolvendo mau uso de recursos, utilização de recursos para fins privados, enriquecimento

ilícito de professores e técnicos. Dentro da UFJF, nós não tivemos notícias dessa natureza. No entanto, falta, no mínimo, maior transparência na gestão e na prestação de contas dessas fundações dentro da UFJF.

5 – Como se contrapor à disseminação das fundações?

O combate a isso é, em primeiro plano, a defesa do caráter público da universidade em todos os seus âmbitos. Nesse sentido, o ANDES defende a aplicação do artigo 207 da constituição que garante autonomia das IFES e que até hoje não tem sido garantido pelos sucessivos governos. A argumentação dos defensores da existência das fundações é a necessidade de agilizar processos como de contratação, licitação etc. A autonomia garantiria o funcionamento das universidades resolvendo esse problema, criando mecanismos que agilizem esses processos. Devemos lutar para que todos os processos de gestão da vida acadêmica sejam desenvolvidos pela própria universidade, sem a necessidade de que pequenas empresas travestidas de fundações atuem dentro da esfera pública.

“ Devemos lutar para que todos os processos de gestão da vida acadêmica sejam desenvolvidos pela própria universidade, sem a necessidade de que pequenas empresas travestidas de fundações atuem dentro da esfera pública.

Ensino de qualidade Em busca da afirmação

IF Sudeste MG luta contra falta de TAs e espaço físico

Diretor do Campus Juiz de Fora fala do esforço do Instituto por manter qualidade do ensino e pesquisa ainda num momento de afirmação do Instituto

Desde sua criação em 2009, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, IF Sudeste MG, tem lutado para se firmar enquanto instituição para manter e elevar a qualidade do ensino. O Diretor Geral do Campus Juiz de Fora Sebastião Sérgio de Oliveira explica que a transição do então CTU/UFJF para Campus Juiz de Fora do IFSUDESTEMG se realizou com muita turbulência. “Ao mesmo tempo em que esperávamos por uma autonomia para desenvolver um melhor caminho, nós tivemos que construir todas as atividades

que nossa instituição usufruía com o suporte da UFJF”. Ele explica que os serviços de Contratos, Licitação, Financeiro e Gestão de Pessoas, foram os mais impactantes em razão do número reduzido de servidores para atender a uma demanda crescente.

Para atender ao crescimento do instituto a oferta de vagas docentes teve um crescimento de cerca de 70%. “Hoje já somos 145 docentes e há uma expectativa de chegarmos a 160 docentes em 2014”. No entanto, com relação ao número de Técnicos Administrativos ainda existe uma carência. “O número cresceu de 6 (seis) para 60 (sessenta), mas a demanda de trabalho cresceu numa proporção muito maior e precisamos ampliar consideravelmente este número para garantir a qualidade de nossos serviços”.

Instituto deverá comprar terreno próximo ao campus JF

Um dos maiores desafios que o Campus Juiz de Fora tem enfrentado é a questão do espaço físico. “Nossa Biblioteca, assim como nosso Refeitório, já não atendem a demanda. Em determinados dias e horários, nossas salas de aulas já não atendem a demanda do número de turmas que temos. A questão do espaço físico pode ser resolvida com a aquisição de um terreno vizinho ao nosso Câmpus, com 17.672,98 metros quadrados e que pertence ao 10º BI/ 4ª Região Militar, cuja negociação iniciou-se com a administração passada e agora demos mais um passo com a licitação feita pela nossa Reitoria a fim de contratar uma empresa para avaliar o terreno e concluirmos a negociação”.

A terceirização, como em muitas instituições federais é outra dificuldade. O IF Sudeste MG precisa administrar um grande número de servidores terceirizados e

constantemente a instituição tem problemas com as empresas. A prática representa um comprometimento elevado no orçamento. “Nossa instituição tem 56 anos e orgulho de ser referência em educação pública, gratuita e de qualidade em nossa cidade e região e, por ser resultado de um trabalho coletivo, onde docentes e técnicos administrativos vestem a “camisa” e superam diariamente as dificuldades projetando cada vez mais crescimento com qualidade”.



A terceirização, como em muitas instituições federais é outra dificuldade. O IF Sudeste MG precisa administrar um grande número de servidores terceirizados



Perspectiva para 2014 é atender 100% das demandas estudantis

Sebastião Sérgio de Oliveira, diretor do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG, relata que a Assistência Estudantil assistiu a um aumento de investimentos. “O apoio à Manutenção e ao Transporte está com 100% das demandas atendidas neste ano de 2013, contra 70% em 2012. E em relação ao apoio Alimentação e Moradia, tivemos um aumento considerável no atendimento, com 70% das demandas atendidas. E a perspectiva para o ano de 2014, é de conseguirmos atender a 100 % de todas as demandas de Alimentação, Moradia, Manutenção e Transporte. Vale ainda lembrar que os cursos superiores de Engenharia

Mecatrônica e Licenciatura em Física vão ser contemplados com a nova política do governo federal de apoio à permanência, com bolsa de R\$400,00 mensais para cada aluno contemplado”, explica.

O diretor explica que o grande desafio do Campus Juiz de Fora em relação à Pesquisa e a Extensão, é torná-las uma política institucional, isto é, contemplá-las no sistema de carga horária docente e ao mesmo tempo trabalhar para construir um orçamento específico para atendimento de suas demandas. “Neste ano, já conseguimos alguns avanços com o apoio financeiro para alunos que foram participar de



O grande desafio do Campus Juiz de Fora em relação à Pesquisa e a Extensão, é torná-las uma política institucional

apresentação de trabalhos científicos e de inovação tecnológica junto com seus professores orientadores e também para os alunos dos cursos técnicos integrados classificados para a fase final da Olimpíada de História do Brasil da UNICAMP.

André Monteiro poeta, músico e docente

Arte e viagem dentro e fora da sala de aula



RAP NET GUERRILHA

é pelas brechas que eu vou
nenhum controle é absoluto
nenhum espião espia tudo
tenho medo de ser punido e vigiado
tenho medo de usar e ser usado
mas tenho mais medo de ficar noiado
e parar de mandar o meu recado
é pelas brechas que eu vou
não sou apocalíptico
não sou integrado
só quero mostrar o meu lado
nem todo delírio será castigado
se antes eu assistia e lia calado
agora por aqui eu sou o outro lado
agora eu sou ação
meu corpo não é só consumo
é produção
é pelas brechas que eu vou
e se todo mundo for?
brechas não serão televisionadas
nenhuma televisão é do tamanho do mundo
é pelas brechas que eu vou
não obrigado
meu corpo não é mercado
é pelas brechas que eu vou
e se todo mundo
mundo for?
nenhuma prisão é do tamanho do mundo
é pelas brechas que eu vou
espalhar o sangue do meu coração
espalhar alegria pelo resto desse chão
por que não? por que não?
cuidado com o cão
todo dia é dia de revolução



Enquanto se prepara para lançar o primeiro CD de seu grupo «Ou Sim», professor finaliza o próximo livro e advoga a «pedagogia do surfista»

Ele é adepto e criador do método pedagógico surfista para lecionar e a contracultura o seduziu desde a adolescência. André Monteiro é professor da faculdade de letras da UFJF e gosta de fazer de sua aula uma experiência estética. Ele também se apresenta nos palcos da cidade com o grupo “Ou Sim”, que grava o primeiro CD, enquanto se prepara para lançar seu próximo livro “Cheguei Atrasado no Campeonato de Suicídio”, que deve sair no início de 2014. Um livro de antologias. “Um apanhado de textos de várias épocas”, conta. Conversar com André é mesmo uma viagem cheia de aprendizado que daria várias páginas ao TRAVESSIA.

André nasceu num ambiente de cultura efervescente. Filho do Maestro André Pires, também professor da UFJF, sua formação cultural foi uma mistura da música erudita do pai, das influências do avô, que era pintor e historiador, da mãe filósofa, juntando tudo com o que aprendeu nas ruas de São João del Rey: o rock e a poesia marginal. “O primeiro disco que comprei na vida foi um disco do AC/DC: “High Voltage rock and roll”. Fui seduzido pela coisa libertadora do rock and roll”.

Ao mesmo tempo, a poesia marginal da década de 70 o surpreendeu.

“Achava antes a literatura uma coisa chata, sem vida, uma coisa de gabinete, até descobrir a poesia marginal. Descobri que ela podia trabalhar essa coisa livre, lúdica, de brincadeira, que não precisa de se ter todo um manancial teórico para ser feita”.

A partir dessa postura libertária, ele pode jogar com a palavra e brincar de subverter a linguagem. “Roland Barthes diz que toda língua é fascista. Não porque ela te impede de dizer, mas porque te obriga a dizer. A poesia forte, para mim, é aquela subverte as regras da língua. Não é possível destruí-la totalmente, mas é possível trapacear”, ensina, citando também chagal como exemplo dessa subversão quando o poeta diz: “É proibido pisar na grama, o jeito é deitar e rolar” ou “Colabore com a light, mantenha luz própria”. André argumenta que esse modo de escrever desperta no leitor o gosto pela transgressão. “A boa literatura é transgressora. A literatura política não é aquela que fala em nome do excluído, ou que usa a literatura que fala em temas políticos, mas aquela que faz o dribble na opressão da própria linguagem e suas regras. Minha literatura vem daí e cumpre essa função roqueira. Minha luz própria é o rock... ele consegue vibrar a vida, que é intraduzível, que passa muito pelo corpo, e é até religioso. O rock é a fúria dionisíaca. A grande poesia é capaz de falar o que é intraduzível. Isso que mexe direto com o corpo”, se empolga.

André chegou a estudar cinema na UFF e já lançou um livro de poesia marginal chamado “Ossos do Ócio”, vencedor do Festival universitário de Literatura em 2001.

“ “
A boa literatura é transgressora. A literatura política não é aquela que fala em nome do excluído, ou que usa a literatura que fala em temas políticos, mas aquela que faz o dribble na opressão da própria linguagem e suas regras



Artigo Uma experiência africana

A experiência no continente Africano!

Eduarda Pimentel de Gusmão

Por Luiz Gibier
Professor
do ICH - UFJF
lgibier@yahoo.com

**Professor relata
experiência de vida
no continente e relata
suas belezas e
dramas sociais**